

O horizonte da interculturalidade: nova fronteira da animação sociocultural em Portugal

Manuel Barbosa*

Resumo: À medida que se torna evidente que a sociedade portuguesa, não obstante a semi-periferia, é multicultural e que precisa de aprender a viver com as diferenças, ganha sentido esta questão: será a interculturalidade o seu futuro? Apresentada noutros contextos como resposta adequada aos desafios criados pelo multiculturalismo, a interculturalidade parece ser um interessante projecto para o nosso país, desde que haja vontade de a construir. Antes de mais, ao nível legislativo. Depois, ao nível da educação. Aqui, uma convocatória deve ser especialmente dirigida aos animadores socioculturais, pois deles depende a dinamização de relações interculturais no terreno da educação não-formal. Os temas ora enunciados fazem parte duma estrutura argumentativa que se desenvolve em três etapas: numa primeira etapa, o que vai estar em causa é a desconstrução do mito da pretensa homogeneidade cultural portuguesa, apresentando evidências que a contradizem. Numa segunda etapa, o objecto da discussão é o alargamento do raio de acção da animação sociocultural no nosso país, tendo em conta o investimento na construção da interculturalidade. Por fim, uma derradeira etapa para repensar o papel do animador em função das tarefas emergentes do envolvimento nas acções construtoras de interculturalidade. Aqui, será dado destaque às iniciativas pedagógicas a tomar, às estratégias a seguir, aos recursos a mobilizar e às competências requeridas. A reconfiguração do papel do animador, o seu *modus operandi*, estará sempre presente como alvo da argumentação.

Palavras-chave: Interculturalidade, Animação Sociocultural, Educação Não-Formal, Portugal

O progressivo reconhecimento do carácter multicultural da sociedade portuguesa e dos problemas que isso acarreta em termos de cidadania paritária e de coexistência pacífica entre segmentos populacionais tão diversos em referências étnicas, linguísticas, religiosas e axiológicas, está a colocar na ordem do dia a questão da interculturalidade, uma vez que se perspectiva como resposta consistente e adequada aos desafios criados pela realidade insofismável do multiculturalismo factual.

Caminhar em direcção à interculturalidade e tudo fazer para a tornar um espaço de

diálogo e intercâmbio entre sujeitos com identidades culturais diferenciadas parece ser, em tais circunstâncias, a melhor opção a tomar. Por um lado, porque só a interculturalidade permite o reconhecimento das especificidades culturais e a sua aceitação democrática. Por outro, porque só ela facilita o bom entendimento das gentes na óptica da convivência pacífica, além de salvaguardar o mínimo de coesão social. Finalmente, porque só a interculturalidade assim conceptualizada pode despoletar dinâmicas de comunicação e mestiçagem absolutamente indispensáveis ao desaferrolhar das culturas e à sua evolução, tanto mais se essas dinâmicas incorporarem e respeitarem princípios democráticos de relacionamento, como é

* Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho. E-mail: mbarbosa@iep.uminho.pt

suposto acontecer de acordo com a filosofia do interculturalismo.

A esta luz, não é de estranhar o manancial de expectativas positivas que hoje se coloca no projecto da interculturalidade, não obstante as dificuldades de concretização. Antes de mais, porque um projecto dessa envergadura precisa de ser assumido como vector estruturante da actividade política de toda a comunidade e, em particular, das suas instâncias mais representativas, dado implicar a adopção de importantes medidas de carácter político-jurídico ou, no melhor dos casos, a sua efectiva implementação. Depois, porque fica a depender do intervencionismo educativo em prol do intercultural, o que acarreta, entre outras coisas, amplos processos de alfabetização cívica (nomeadamente, junto de adultos) e acções concretas de valorização da diferença.

Se é verdade que um tal projecto requer a mobilização de actores significativos da vida política pelas exigências que coloca a esse nível, também é certo que pede a convocatória de agentes promotores de educação e desenvolvimento, em especial os que praticam modalidades educativas de carácter não-formal, como é o caso da animação sociocultural, uma vez que tais modalidades educativas podem concorrer fortemente para a implementação da interculturalidade no terreno.

Semelhante possibilidade solicita desde já, como imperativo pedagógico, o alargamento do raio de acção da animação sociocultural ao campo das acções construtoras de interculturalidade, numa tentativa de estender a sua influência a novas áreas de intervenção e de assim recuperar legitimidade e relevância social. O contexto português, manifestamente salpicado por traços de crescente multiculturalismo e de problemas adjacentes (em parte criados pelos novos

imigrantes), solicita particularmente esse alargamento do perímetro de acção da animação, uma vez que desta modalidade educativa pode esperar uma atenção muito especial pelos espaços de educação não-formal, como sejam as associações, os centros comunitários, as casas de cultura, os centros de ócio e tempo livre, os centros cívicos, para só referir alguns. Afinal, o caminho para a interculturalidade também passa por estes lugares. Melhor: passa sobretudo por eles.

A fronteira da animação sociocultural em Portugal, atendendo a este argumento preliminar, precisa então de ser deslocada para o horizonte da interculturalidade, pois nele encontra re-significação e actualidade. Evidentemente, semelhante reposicionamento funcional da animação sociocultural obriga a repensar o papel do animador, nomeadamente em termos de competências de intervenção intercultural. O nosso propósito, depois de mostrar o carácter multicultural da sociedade portuguesa e de justificar, mais amplamente, a nova perspectiva orientadora da animação sociocultural em Portugal, consiste precisamente em equacionar a necessária reconfiguração desse papel, tendo portanto em conta o contributo que pode dar à construção da interculturalidade.

1. O Multiculturalismo da Sociedade Portuguesa

A pretensa homogeneidade cultural da sociedade portuguesa é um mito que não passa disso mesmo. Olhando para a realidade que somos, e para aqueles que moram ao nosso lado, depressa concluímos que a geografia cultural portuguesa é diversificada e que a própria identidade nacional é plural nas suas referências.

Os dados a esse respeito, não obstante o esquecimento geral, são por demais conhecidos (cf. André, 2002, pp. 259-260). Sob os auspícios deste autor, destaque-se em primeiro lugar a constelação de culturas que constituem a nossa identidade: “Todos somos, de algum modo, mestiços, no sentido em que, em nós e na cultura de que somos herdeiros, se cruzam traços tão diferentes como os que estão ligados à civilização celta, árabe e greco-romana, à cultura hebraico-cristã e aos vestígios que em nós deixou a dominação mais ou menos explícita de outros povos estrangeiros, como os espanhóis, os ingleses e os franceses, para citar apenas alguns casos mais evidentes”.

Em segundo lugar, refira-se o empreendimento das descobertas quinhentistas, da expansão ultramarina e da colonização, dadas as suas incidências no movimento oscilatório de populações (para lá e para cá) e no “comércio cultural” (se é verdade que exportámos cultura, também a importámos e assimilámos).

Em terceiro lugar, mencionemos o movimento da emigração económica de tantas gerações de portugueses para a Europa e Américas, pois os seus efeitos de retorno foram deveras significativos para a mudança da paisagem sociocultural do país, especialmente nas localidades mais fustigadas por esse tipo de emigração.

Em quarto lugar, segundo o aviso do autor atrás citado (2002, p. 259), tenha-se em conta “as consequências dos diversos momentos da guerra colonial, incluindo as que se prendem directamente com a volta dos retornados nos anos que se seguiram à revolução de Abril: tanto o seu contacto com as culturas africanas, como o seu reencontro com a cultura ocidental depois de anos de miscigenação cultural, talvez mais sentida do que querida, determinaram

um perfil ou uma variedade de perfis com especificidades próprias e também com resistências singulares ao contacto com outros povos”.

Em quinto lugar, importa assinalar que a mais velha nação da Europa, depois de ter sido país de saída de alguns refugiados e de muitos emigrantes, se tornou recentemente país receptor de imigrantes e refugiados, em particular das ex-colónias de África (mas também da Ásia e da América do Sul), e nos tempos que correm de alguns países do leste europeu. De características bem vincadas do ponto de vista cultural, todas estas populações contribuem para mudar significativamente o rosto sociocultural do país, não apenas nas grandes áreas urbanas onde preferencialmente se instalam, mas também em muitas regiões do interior.

Como se isto não bastasse, ainda temos que referir a presença entre nós de importantes comunidades ciganas (disseminadas um pouco por todo o lado) e, em menor escala, de nichos populacionais europeus que recentemente se instalaram em Portugal como consequência das dinâmicas introduzidas pela União Europeia nos mais variados sectores de actividade, não propriamente como extra-comunitários, mas como cidadãos dessa nova entidade supranacional onde nos integramos.

Como se vê, a identidade que nos define e o país que habitamos não são culturalmente monocromáticos. Pelo contrário, são um verdadeiro mosaico de referências multiculturais que a história ajudou a construir.

Do ponto de vista social, importa no entanto sublinhar que a presença, com algum peso, de populações estrangeiras no nosso país, “conduziu à complexificação da sociedade portuguesa, pelas progressivas alterações que nela tem vindo

continuadamente a introduzir, tanto no que respeita à diversificação da sua composição populacional como aos modos de vida e a hábitos, que em alguns casos persistem e que noutros se enleiam com os da sociedade receptora” (Rocha-Trindade, Mendes & Albuquerque, 1996, p. 236). A confluência e coexistência, no mesmo espaço geográfico, de uma pluralidade de culturas e de valores, não raras vezes contraditórios (e.g. a profunda divisão de opiniões entre adeptos e opositores da excisão praticada por um sector minoritário da comunidade guineense fixada em Portugal), tem suscitado reacções de não aceitação e de intolerância mais ou menos conflituais por parte da população lusa, talvez por não vislumbrar uma forma intercultural de os abordar. Assim, este contexto multicultural, em que a convivência é potencialmente geradora de tensões, incompreensões e conflitos, torna oportuno pensar na opção da interculturalidade e na sua construção, não apenas por intermédio da acção escolar (o que já é importante), mas também pela intervenção de modalidades educativas que abrangem o não-formal, como é paradigmático o caso da animação sociocultural. A este propósito, cabe perguntar: será o horizonte da interculturalidade a nova linha de fronteira da animação sociocultural em Portugal? O próximo apartado vai recolher argumentos para responder a esta questão, considerando a necessidade de redefinir a agenda da animação sociocultural no contexto português.

2. A Interculturalidade: nova linha de fronteira da animação sociocultural em Portugal

Sendo dado incontornável da fenomenologia social portuguesa, a

diversidade cultural cria uma série de desafios a que é preciso dar resposta, quanto mais não seja para aprofundar a democracia, realizar a justiça, humanizar as relações sociais e, claro está, estabelecer a tão desejada coexistência pacífica.

A questão que hoje se coloca em Portugal, face ao agudizar das situações de multiculturalidade cada vez mais diferenciada pelos novos fluxos migratórios, é a de saber como é que vamos viver juntos na diferença e com diferenças. Ou seja, como é que vamos lidar com a diversidade de referentes culturais e axiológicos numa base de tolerância e reconhecimento mútuo. Será realista pensar numa solução airosa para este problema? Admitindo que sim, resta saber de que modo.

Se admitirmos e reconhecermos, à luz da experiência histórica mais recente, que o “multiculturalismo ideológico”, tal como é tematizado por Sartori (2001, pp. 75-105), não é resposta para esse problema, já que conduz à fragmentação do tecido social comunitário em mónadas culturais incomunicáveis (o multiculturalismo enquanto projecto político de sociedade só pode conduzir à Bósnia e à balcanização ou, o que é o mesmo, ao separatismo e à tribalização), então só nos resta a construção dum espaço de interacção e intercâmbio entre sujeitos com valores culturais diferentes, espaço esse que recebe no nosso discurso o nome de interculturalidade.

Sem cair na sacralização das diferenças culturais e no correspondente isolacionismo cultural (origem de sentimentos racistas, integristas, fundamentalistas e xenófobos), a interculturalidade permite a aproximação das gentes, o enriquecimento dos sujeitos e o envolvimento em iniciativas e projectos comuns.

Sendo necessariamente, e em primeiro lugar, uma tarefa política das sociedades que nela apostam (em virtude das medidas que é preciso tomar no plano político), a interculturalidade também é, ou não deixa de ser, um importante investimento da educação, e isto em todas as suas modalidades, nomeadamente as de carácter não-formal, como é o caso da animação sociocultural.

Ao sublinharmos a importância da animação sociocultural na construção da interculturalidade, não nos move um mero pleito argumentativo em seu favor – como se ela precisasse de uma justificação dos seus méritos socio-educativos. Na verdade, não é esse o caso.

O que queremos destacar, isso sim, é a pertinência e relevância de semelhante modalidade educativa para o apoio à interculturalidade, ali onde se joga uma grande parte do seu sucesso, isto é, no terreno das associações, das agremiações, dos centros recreativos, dos centros culturais, dos centros comunitários, das organizações não-governamentais, dos centros cívicos, entre outros).

Há certamente boas razões para pensar (e acreditar) que outras formas de educação institucional (como a escolar, por exemplo) podem dar um interessante contributo à implementação da interculturalidade, sobretudo se ensinam a “viver no plural” (Constant, 2000, p. 88) de modo experiencial. Mas não tenhamos ilusões: “A escola, como organização social que é, apresenta muitas limitações para levar a cabo, hoje em dia, um projecto de Educação Intercultural coerente, compreensivo e igualizador” (García & Sáez, 1998, p. 108). Além do mais, a escola é um meio relativamente protegido e artificial, o que retira algum realismo às “aprendizagens” aí efectuadas: fazer um trabalho de grupo com elementos de outras

etnias na maior das cordialidades não quer dizer que o aluno, uma vez terminada a escola, vai manter relações de proximidade, envolvimento e cordialidade com esses elementos. Há dados empíricos que parecem revelar o contrário (cf. Killeavy, 2001, p. 141).

Face a esta debilidade do meio escolar, não é de mais reiterar a importância do não-formal na educação, na formação e no desenvolvimento comunitário. Ao ocupá-lo com profissionalismo e originalidade, a animação sociocultural pode dar um especial contributo à construção da interculturalidade, tanto mais quanto esta última se configura como um dos problemas socioculturais mais urgentes da nossa contemporaneidade.

A ter em conta o projecto humanístico original da animação sociocultural (Ventosa, 2002, pp. 19-31), é certo que podemos esperar dela um pouco de ânimo (no duplo sentido introduzido pelo estudo etimológico da palavra “animação”) para afrontar esse difícil problema.

Sendo certo que a animação sociocultural está, desde a origem, umbilicalmente comprometida com a mudança social (estimulando a cidadania, promovendo valores e estabelecendo relações de carácter interpessoal e intergrupar), então faz todo o sentido que assuma como nova agenda a implementação efectiva da interculturalidade, pelo menos no terreno onde é insubstituível, quer dizer, no campo do não-formal.

Epistemologicamente falando, este alargamento do raio de acção da animação sociocultural em Portugal não descaracteriza minimamente essa modalidade educativa de carácter não-formal. Bem pelo contrário. Só a pode reforçar e re-legitimar junto da sociedade portuguesa, pois dela depende, numa certa medida, a evolução para um outro patamar

de humanidade: o diálogo e intercâmbio de culturas com base no reconhecimento mútuo e na aceitação democrática das diferenças.

3. A Praxis de Animação na Perspectiva da Interculturalidade: um olhar sobre o papel do animador

A nova linha de fronteira da animação sociocultural em Portugal, tal como acaba de ser vislumbrada, tem particulares incidências na praxis quotidiana da animação e, em parte, na definição do papel do animador.

A partir de uma reflexão contextualizada pela nova focalidade da animação sociocultural no nosso país, vamos colocar em perspectiva a necessária reconfiguração do papel do animador, pois agora o que mais interessa é redireccioná-lo para o objectivo da interculturalidade.

A bem dizer, esta nova orientação da animação não subverte (ou não inverte completamente) o papel do animador, pelo menos como é ilustrado pela literatura da especialidade (cf. entre outros: De Miguel, 1995; Ventosa, 2002). Quando muito, pede que se façam reajustamentos no *modus operandi* do animador – bem longe das tentações iconoclastas ou rasurantes do passado – por forma a torná-lo mais congruente com as preocupações pedagógicas da interculturalidade.

Se é verdade que a construção da interculturalidade, em terreno não-formal, exige ou solicita determinadas competências de intervenção intercultural, também é certo que remete, ou continua a remeter, para funções tradicionais do animador. Relativamente a estas, a nova agenda da animação pede que se preste particular atenção aos aspectos pedagógicos que mais concorrem para a

interculturalidade, como é o caso da aprendizagem experiencial do respeito mútuo, do reconhecimento recíproco, do apreço pelo outro, da cooperação, da solidariedade, da negociação, do diálogo, da concertação, da resolução pacífica dos conflitos, do acordo em estar em desacordo, da justiça, das atitudes positivas em relação à diversidade cultural, do entendimento, da convivência, da interacção, da comunicação, da compreensão, para só falar nos mais evidentes.

Ao mesmo tempo que dá ênfase ou relevo a estes aspectos, o animador não pode esquecer que é chamado a desobstruir os canais da comunicação e da relação entre grupos étnicos (identificando e desactivando pré-juízos, pré-conceitos, e estereótipos), já que a sua missão é antes de mais a de um facilitador da comunicação e da relação. Adicionalmente, pede-se-lhe que seja um desencadeador de dinâmicas interculturais, quer dizer, de intercâmbio e mestiçagem. Numa palavra, que seja um agente do encontro e entrecruzamento de culturas no próprio terreno onde actua. A posse de uma competência intercultural, bem ao jeito do que é recomendado por Cohen-Emerique (2000, pp. 175-176) para um vasto leque de trabalhadores sociais, afigura-se importante para o cumprimento dessas tarefas por parte do animador.

De acordo com a referida autora, semelhante competência abrangeria três *démarches*: uma primeira (*la décentration*) que consistiria em realizar um esforço de distanciamento em relação a si-próprio, a fim de melhor apreender os seus quadros de referência, ou de tomar consciência dos seus referentes culturais, dado presidirem à observação, percepção e compreensão da alteridade. Como reconhece Cohen-Emerique (2000, p. 176): “Sem esta *démarche* de descentração, a abertura ao outro como ser culturalmente diferente é difícil”.

Afigurando-se necessária para o animador (obviamente com a devida formação), essa capacidade de descentração também pode ser induzida nos seus interlocutores, pois, sem ela não se progride para a interculturalidade: o encontro com o outro, com a sua cultura, precisa de ser preparado com esse exercício de consciencialização das suas pré-compreensões e, portanto, das suas grelhas de descodificação da alteridade diferente, tal como aparece no campo da percepção.

O referido exercício, quando levado a cabo com critério e método, vai permitir aceder a uma certa “neutralidade cultural” relativamente aos seus próprios esquemas culturais, neutralidade que não é sinónimo de negação da sua identidade. Pelo contrário, é um reconhecimento que nos leva a um melhor conhecimento de nós mesmos e a uma relativização dos nossos valores face aos dos outros.

A esta primeira “*démarche*” – já por si significativa para o acesso à interculturalidade – segue-se uma outra não menos decisiva para o mesmo propósito: a descoberta do quadro de referência do outro (*la découverte du cadre de référence de l'autre*). Segundo Cohen-Emerique (2000, p. 176), esta *démarche* “consiste em penetrar no sistema do outro, em conhecê-lo a partir de dentro”. Ou seja, trata-se de entrar na intimidade da sua racionalidade, mas sem se perder nela, quer dizer, sem aceitar necessariamente as suas premissas, os seus pressupostos e as suas conclusões. O objectivo desta *démarche* – de natureza essencialmente empática – é descobrir o que dá sentido e valor à alteridade, o que fundamenta os seus papéis, os seus estatutos, as suas crenças, as suas aspirações, as suas atitudes e os seus comportamentos. Sem este conhecimento a partir de dentro, sem esta entrada na intimidade do outro (com o seu

consentimento, claro esta!), não haverá certamente compreensão da sua diferença específica em termos culturais e, portanto, qualquer possibilidade de diálogo enriquecedor. O separatismo/indifferentismo será a consequência inevitável, quando não se resvalar para o lado do conflito.

A estas duas *démarches*, e respectivos considerandos, soma-se agora uma terceira (*la médiation/négociation culturelle*) por ser incontornável a qualquer agente promotor de interculturalidade (e de trabalho social junto de comunidades migrantes, como defende Cohen-Emerique no texto que temos vindo a citar). Do ponto de vista do animador, isto implica mediar a resolução de conflitualidades entre membros pertencentes a universos culturais diferentes, procurando acordos e soluções de compromisso. Não esqueçamos que o animador sociocultural é antes de mais um agente facilitador de comunicações e relações. Assim, cabe-lhe um papel importante na aproximação de posições e na rejeição de qualquer violência simbólica entre membros de culturas diferentes.

Apesar da aparente facilidade, a utilização destas *démarches* é exigente, e por isso carece de formação adequada. O “método dos choques culturais”, tal como é sugerido por Cohen-Emerique (2000, p. 176), a par do estudo de casos e das práticas reflexivas, parecem ser um bom caminho para atingir essa formação.

Agora que já sabemos como se reconfigura o papel do animador em função da promoção da interculturalidade, importa ver que recursos e instrumentos podem ser mobilizados nesse sentido. Um breve olhar depressa destacará a dinamização de projectos interculturais, não apenas pela composição dos protagonistas da acção, mas também pelas metas e objectivos do projecto. Depois, reterá na retina a criteriosa utilização de jogos cooperativos

nas circunstâncias em que é preciso animar os tempos livres de crianças, jovens e adultos. Por fim, não esquecerá (por ser decisivo) o estímulo e a assessoria ao associativismo multi/intercultural, pois é determinante na estruturação de um novo tecido social. Mais importante que especular em torno de recursos e instrumentos de acção pedagógica intercultural, o essencial é reter, para finalizar, que o elemento verdadeiramente decisivo na promoção da interculturalidade (no nosso país e em qualquer lado) é a atitude e a postura do animador sociocultural. Estando predisposto nesse sentido, as estratégias virão por acréscimo. E ainda bem que assim é! Caso contrário, quem precisaria de ser animado era o animador.

Referências bibliográficas

- André, J. M. (2002). Interculturalidade, comunicação e educação para a diferença. In Ribeiro, M. (Coord.). *Identidade europeia e multiculturalismo*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Cohen-Emerique, M. (2000). L'approche interculturelle auprès des migrants. In G. Legault (Dir.), *L'intervention interculturelle* (pp. 161-184). Montréal: Gaëtan Morin Éditeur.
- Constant, F. (2000). *Le multiculturalisme*. Paris: Flammarion.
- De Miguel, S. (1995). *Perfil del animador sociocultural*. Madrid: Narcea.
- García, A. & Sáez, J. (1998). *Del racismo a la interculturalidad. Competencia de la educación*. Madrid: Narcea.
- Killeavy, M. (2001). El contexto irlandés. In J. Stephenson, L. Ling, E. Burman & M. Cooper (Comp.), *Los valores en la educación* (pp. 98-144). Barcelona: Gedisa Editorial.
- Rocha-Trindade, M. & Mendes, M. (Org.) (1996). *Educação intercultural de adultos*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Rocha-Trindade, M.; Mendes, M. & Albuquerque, R. (1996). A experiência portuguesa do projecto "educação multi-intercultural". In M. Rocha-Trindade & M. Mendes (Org.), *Educação intercultural de adultos*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Sartori, G. (2001). *La sociedad multiétnica. Pluralismo, multiculturalismo y extranjeros*. Madrid: Taurus.
- Ventosa, V. (2002). *Fuentes de la animación sociocultural en Europa*. Madrid: Editorial CCS.